

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004261-20.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**  
 Requerente: **Iracy Pindobeira de Oliveira**  
 Requerido: **BANCO SANTANDER SA**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

Vistos.

A autora Iracy Pindobeira de Oliveira propôs a presente ação contra o réu Banco Santander S.A., pedindo a) a declaração da inexigibilidade do débito constante no valor de R\$ 7.128,52, bem como a exclusão definitiva do nome da autora do SERASA e b) a condenação da requerida ao pagamento de verba indenizatória, proveniente dos extensos danos morais experimentados, não inferior a duas vezes o valor que está sendo cobrado indevidamente.

Tutela antecipada concedida às folhas 36.

A ré contestou às folhas 42/63, alegando a inexistência de quitação do contrato de financiamento; a regularidade da cobrança do contrato; a inexistência de conduta ilícita do Banco-réu ao negativar o nome da autora e a ausência dos requisitos para caracterização do dever de indenizar. Pede a total improcedência do pedido.

Réplica de folhas 69/76.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento imediato, nos moldes do artigo 330, I, do Código de Processo Civil, porquanto impertinente a dilação probatória, cabendo a comprovação dos fatos por meio de documentos (CPC, artigo 396).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

De início, julgo improcedente o incidente de Impugnação à Assistência Judiciária em apenso, proposto pelo réu, porque o impugnante não apresentou documento comprovando que o impugnado pode arcar com os ônus sucumbenciais. Outrossim, fica indeferido o pedido (folhas 11), porque conforme já dito, o impugnante não juntou qualquer documento, não sendo razoável a quebra do sigilo fiscal

Ato contínuo, de rigor a inversão do ônus da prova, pois se trata de relação de consumo, nos termos do artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

No mérito, improcede a causa de pedir.

Sustenta a autora que, no ato da aquisição de financiamento de um imóvel, foi surpreendida com a informação de que havia restrição em seu nome (confira folhas 27), oriunda do contrato de nº. 20015288482, celebrado com a Financeira Aymoré em 22/04/2010 (confira folhas 33/34). Declara que em 10/06/2011 efetuou a entrega amigável do bem financiado e que, neste momento, foi informada de que o contrato estaria plenamente quitado. Porém, o nome da autora ainda encontra-se negativado. Nesse passo, procedeu à notificação extrajudicial do réu (confira folhas 27), solicitando providências, porém sem sucesso.

A entrega amigável do bem por parte da autora é fato incontroverso, na medida em que a ré corrobora tal afirmação em contestação. É, também, situação que opera a rescisão do contrato, mas não enseja a quitação da dívida, que será paga ou abatida com a venda extrajudicial do bem.

Portanto, é possível a negativação do devedor se restar valor remanescente a pagar. Já quanto à sua notificação, é da incumbência do órgão responsável pelo respectivo cadastro de inadimplentes e não do credor. Portanto, após o leilão, não está o credor legalmente obrigado a fazê-la, se isso não tiver sido pactuado entre as partes.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Consequentemente, não há que se falar em pedido de dano moral, pois a inserção do nome da autora no cadastro de inadimplentes, pelo réu, por retratar fato verdadeiro, nada mais foi do que o exercício regular de seu direito de credor.

**Nesse sentido:**

Ação declaratória de inexigibilidade de débito - financiamento de veículo com alienação fiduciária - saldo devedor - Contrato de financiamento de automóvel, com cláusula de alienação fiduciária em garantia - Alegação de quitação do contrato, em razão da entrega amigável do bem - Descabimento - Credor que tem o direito de receber o valor do financiamento, deduzindo-se o valor do preço obtido com a venda do bem, as prestações pagas, multas e outros encargos - É lícita a cobrança do saldo remanescente, quando o produto da venda for insuficiente para o pagamento do saldo devedor - Ausência de quitação da dívida - Diante do inadimplemento do saldo remanescente do financiamento é permitida a inclusão do nome do devedor nos cadastros restritivos - Sentença de improcedência mantida - RECURSO DESPROVIDO. (Relator(a): Sérgio Shimura; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 23ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 24/06/2015; Data de registro: 26/06/2015). Nesse contexto, atento aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, tendo por mira o desincentivo da ré na reincidência de conduta semelhante, observando a condição econômica das partes litigantes, fixo o dano moral em R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), que certamente não importará em enriquecimento sem causa à autora, nem tampouco em empobrecimento da ré, que se trata de uma das maiores empresas de telefonia do Brasil.

Diante do exposto, rejeito o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Revogo a tutela antecipada. Comunique-se à Serasa mediante expedição de ofício. Sucumbente, condeno a autora nas custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% sobre o valor da causa, atualizados monetariamente desde o ajuizamento da presente e juros de mora a partir do trânsito em julgado, observados os benefícios da assistência judiciária gratuita, mantidos pela decisão proferida na impugnação em apenso. Certifique-se naqueles autos, portanto, o que restou decidido nestes quanto à gratuidade. Oportunamente, arquivem-se. P.R.I.C.

São Carlos, 16 de julho de 2015.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**